

***Prestação***  
***de***  
***contas***  
***Ano 2007***

## **RELATÓRIO DE GESTÃO**

Tendo como objectivo o cumprimento legal, nomeadamente o D. L. nº. 54 – A/99, Lei nº. 42/98 e Lei nº. 169/99, apresentamos à apreciação e votação da Câmara Municipal e Assembleia Municipal os documentos de Prestação de Contas, referentes ao ano de 2007, com a seguinte argumentação política:

O ano de 2007 caracterizou-se pela continuidade da estagnação das transferências das receitas oriundas do Estado, mantendo-se os mesmos valores de 2005 e 2006, num claro incumprimento da Lei das Finanças Locais, situação que muito condiciona a capacidade de investimento do Município.

Para agravar a situação, a Câmara Municipal deparou-se com o inevitável acréscimo de custos diversos, associados à taxa de inflação, ao índice de preços, às actualizações salariais e encargos com a Caixa Geral de Aposentações e Segurança Social e ainda com os custos agravados de diversos serviços e fornecimentos, (combustíveis, comunicações, transportes escolares, recolha e tratamento de resíduos e águas residuais, abastecimento e distribuição de água, iluminação pública, entre outros).

Entretanto, no âmbito do processo de descentralização de algumas atribuições do Estado para as Autarquias, não foram devidamente compensadas as respectivas contrapartidas financeiras, implicando este facto a redução da capacidade financeira do Município e a impossibilidade de reorientação de verbas para outras apostas de investimento.

Acresce ainda a lenta harmonização dos preços dos serviços prestados pela autarquia, legitimados pelo papel social que continua a ser atribuído à Administração Local, obrigando-a a compensar a fragilidade do tecido social, muitas vezes provocada por políticas nacionais de exagerada pressão fiscal.

O recurso às verbas dos Fundos Comunitários tem sido um instrumento vital na concretização de políticas de investimento que se traduzem numa evidente melhoria de qualidade de vida e bem-estar das populações deste Município.



Pela regulamentação do novo QREN, excessivamente centralizado no modelo de gestão proposto, adivinha-se alguma dificuldade no seu acesso e na justa distribuição de fundos, a não ser na convergência de investimentos integrados em reformas sectoriais nacionais e investimentos de carácter regional e intermunicipal.

Também a gestão de dívida do Município, repartida entre custos financeiros devido à banca e contratos negociados de amortização de dívida, acordados com as empresas, ainda que assumidos como uma prioridade de programação e planeamento, limitam a capacidade financeira da Câmara Municipal, obrigando-se a ser mais criteriosa nas suas opções de investimento.

Além disso, a regulamentação tardia dos PO's Regionais (QREN) transferiram para 2008 a possibilidade de investimento participado, com especial reflexo em algumas acções estruturantes, definidas no Plano de Actividades de 2007 como opções estratégicas prioritárias, nomeadamente a construção de Centro Escolares, a ampliação das áreas empresariais, acções de reabilitação ambiental e projectos de dinamização cultural e turística.

No entanto, sustentados em financiamentos do anterior QCA, foram desenvolvidos projectos, privilegiadamente nas áreas de requalificação urbana (Vila Rua e Leornil), promoção da educação e desporto (Pavilhão Municipal), habitação social e valorização ambiental (Paiva "Mais Vivo"), para além de um esforço sistemático na consolidação e operacionalização dos sistemas de abastecimento de água e tratamento de águas residuais.

Alguns projectos obtiveram garantias de financiamento apenas no final do ano de 2007, o que a aduzir aos competentes procedimentos de adjudicação, remeteram as obras para 2008, como ocorreu com o projecto Agris, no âmbito do Plano Municipal de Defesa da Floresta, e a requalificação urbana da Avª. 25 de Abril, no âmbito da implementação do URBCOM.

Assume-se assim que, face à prioridade claramente concedida às políticas sociais, cujos encargos comprometeram substancialmente os recursos

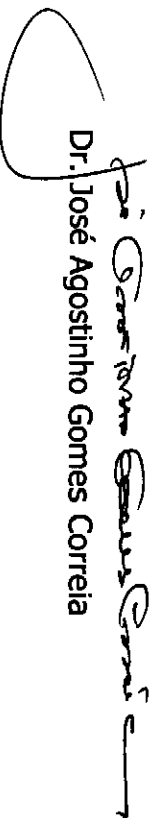


municipais disponíveis, todos os restantes investimentos devem ser criteriosamente selecionados, não só em função das reais necessidades, mas especialmente enquadrados nos normativos que o QREN determina para eventuais participações financeiras, nomeadamente os investimentos de impacte Regional e Intermunicipal.

Para que o Município continue a desenvolver-se harmoniosamente e de forma solidária, reiteramos a vontade de reforçar uma política de gestão partilhada e descentralizada, estimulando a cooperação com as Juntas de Freguesia, Associações, Clubes e IPSS, e também o regime de parceria com os privados, juntando esforços, competências e recursos, numa equação inteligente de reequilíbrio e sustentabilidade do território e progressiva coesão social.

Moimenta da Beira, 04 de Abril de 2008.

O Presidente da Câmara Municipal

  
Dr. José Agostinho Gomes Correia

## **ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA**

A apreciação feita seguidamente tem como suporte o Balanço e Demonstração de Resultados, documentos contabilísticos de base.

O primeiro mapa (Balanço), abrange os elementos acumulados até à data, sendo um documento estático, evidencia a posição financeira e patrimonial da Autarquia onde constam os seus bens, direitos e dívidas a pagar, permitindo assim uma análise precisa da composição qualitativa do património que representa.

A Demonstração de Resultados apresenta os resultados das operações económicas (custos e proveitos) servindo para avaliar a aplicação dos recursos utilizados em determinado período, permitindo apurar o resultado líquido do exercício, bem como a análise da composição dos seus diferentes resultados.

De acordo com o disposto na alínea b) do ponto 1.3 – Relatório de Gestão, do POCAL (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais), serve o presente capítulo para evidenciar uma análise síntese da situação económico-financeira da Autarquia.

Convém ainda referir que se torna ainda pertinente e imprescindível termos em consideração as especificidades da Administração Local, que a tornam distinta do sector empresarial e que ao não serem ponderadas, podem desvirtuar a medição da qualidade da sua gestão e dos seus resultados, pelo que, as conclusões feitas relativamente à sua gestão, deverão ter em conta que a sua missão será sempre a satisfação das necessidades colectivas, e não a obtenção de lucro.

### **ANÁLISE DA ESTRUTURA DO BALANÇO**

O Balanço encontra-se organizado de forma a permitir o seu equilíbrio,  
Activo = Fundos Próprios + Passivo.

Estes grandes grupos expressam a situação patrimonial da Autarquia à data de 31 de Dezembro de 2007.

O Activo, que inclui o conjunto de bens e direitos da Autarquia, assim como os acréscimos e diferimentos, está agrupado de acordo com o critério da liquidez crescente, ou da disponibilidade, pelo que reflecte, na referida ordem, o valor do immobilizado, das existências, das dívidas de terceiros (curto, médio e longo prazos), das disponibilidades e dos acréscimos e diferimentos (acréscimos de proveitos e custos diferidos).

Os Fundos próprios, figuram no Balanço de acordo com o critério cronológico, expressam o valor do património do Município, das reservas constituídas, e dos resultados (transitados e líquidos).

O Passivo, conjunto de obrigações da autarquia, reconhece o valor das dívidas para com terceiros (curto, médio e longo prazos) e os acréscimos e diferimentos (acréscimos de custos e proveitos diferidos).

Com o objectivo de analisar a situação financeira da autarquia, analisa-se de forma sucinta o Balanço (em anexo a este documento), relativo aos exercícios de 2007 e comparativamente a 2006.

## **BALANÇO**

A evolução patrimonial no período permite-nos concluir que o Balanço da Autarquia sofre um incremento global em valor absoluto de 2.956.025,60 euros, ou seja 7 %, repartida pelas seguintes rubricas:

**ACTIVO FIXO** – apresenta um crescimento em valores absolutos de 2.828.451,00 euros. A rubrica com crescimento mais acentuado foi a de Bens de Domínio Privado com 2.839.058,00 euros que contribuiu quase exclusivamente para que o activo fixo apresentasse um crescimento de 13% relativamente ao ano anterior. Este contributo é explicado pelo peso que representa na estrutura do activo com 51% em 2007. Pela análise deste agregado concluímos que a sua principal componente são os Bens de Domínio Privado, designadamente, terrenos, edifícios, equipamento básico e outros equipamentos da Câmara Municipal.

**O ACTIVO CIRCULANTE** – apresenta uma variação de 31% em relação ao ano anterior, incluindo as existências, as dívidas de terceiros e as disponibilidades. De salientar que os valores apresentados na rubrica de utentes, representam as dívidas para com a Câmara Municipal resultante da venda ou serviços prestados aos Municípes.

**FUNDOS PRÓPRIOS** - Os Fundos próprios registaram um acréscimo de 6 %, em resultado do incremento do Património – resultados transitados e das Reservas legais.

**PASSIVO** – Tendo sofrido um aumento de 7 %, o agregado mais representativo com 12%, foi o que contribuiu principalmente para esta variação, estamo-nos a referir ao aumento dos acréscimos e diferimentos, nomeadamente ao nível dos proveitos diferidos, ou seja os subsídios ao investimento obtidos, que em valores absolutos aumentaram 1.435.796,34 euros, contudo, são contabilizados no lado passivo do Balanço.

Saliente-se que no ano 2007 o valor dos empréstimos da Autarquia tiveram um decréscimo no valor de 525.244,03 €, ou seja uma redução de 10%.

No que concerne ao passivo exigível, que comporta a dívida a terceiros de médio longo e curto prazo, verifica-se um aumento relativamente a 2006 de 1%, o que representou em valores absolutos 109.000,00 euros.

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

A demonstração de resultados (em anexo a este documento) evidencia a formação dos resultados num determinado período. A Câmara Municipal de Moimenta da Beira apresenta, à data de 31 de Dezembro de 2007, um Resultado Líquido do Exercício positivo, no valor de 1.362.636,72 euros, constituído pelos seguintes resultados:

O desempenho do Resultado Líquido do Exercício no ano de 2007 resulta:

Resultados Operacionais, que contribuíram em cerca de 75%, para a formação dos Resultados Correntes, que sofreram em 2007 um decréscimo de 331.704,33 euros, resultante do aumento do custo das mercadorias vendidas, bem como dos custos com pessoal e do valor das transferências e subsídios atribuídos.

Os Resultados Extraordinários que no ano de 2007 apresentam o valor negativo de 233.448,06 euros que contribuíram negativamente para a formação do Resultado Líquido do Exercício. O montante em causa é explicado pelo aumento das transferências de capital concedidas a Juntas de Freguesia, e outras instituições que no ano 2007 totalizaram 579.866,69 €, verificando-se um acréscimo de 346.323,72 € ou seja 148% face ao ano de 2006.

O conjunto de proveitos que integram os Proveitos Operacionais, ascendem a 8.902.121,82 euros e representam 95% dos Proveitos totais da Autarquia, são condicionados pelo desempenho conseguido ao nível das vendas e prestações de serviços (conseguidos, em larga escala, pela venda da água – abastecimento público, resíduos sólidos urbanos, electricidade, transportes públicos, etc.) dos Impostos e Taxas (obtidos através do Imposto Municipal sobre Imóveis, Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis, Taxas e Impostos de Loteamentos e Obras, etc.) e das Transferências e Subsídios Obtidos (Fundos Municipais, e outros apoios auferidos através da celebração de acordos de Cooperação Técnica e Financeira).

	2007	2006	Var. Valor	Var. %
<b>PROVEITOS E GANHOS</b>				
Vendas e Prestações de Serviços	933.520,46 €	779.320,19 €	154.200,27 €	20%
Impostos e Taxas	1.137.710,76 €	986.908,89 €	150.801,87 €	15%
Proveitos Suplementares	- €	- €	- €	0%
Transferências e Subs. Obtidos	6.020.890,60 €	6.022.135,45 €	- 1.244,85 €	0%
Proveitos e Ganhos Financeiros	14.667,21 €	2.091,10 €	12.576,11 €	601%
Proveitos e Ganhos Extraordinários	346.418,63 €	343.041,88 €	3.376,75 €	1%
<b>TOTAL</b>	<b>8.453.207,66 €</b>	<b>8.133.497,51 €</b>	<b>319.710,15 €</b>	<b>4%</b>

MUNICIPIO DE MOIMENTA DA BEIRA  
DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANO 2007

Em termos de Custos Operacionais, que representam a 74% dos Custos totais suportados pela Autarquia, da sua composição destacam-se os custos com o pessoal, com 29,1%, os fornecimentos e serviços externos que representam 29%, as amortizações do exercício (depreciação do imobilizado), com um peso de 5% e as transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais, a deterem 10%.

CUSTOS E PERDAS	2007	2006	Var. Valor	Var. %
<b>Custos com o Pessoal:</b>	2.457.450,41 €	2.250.406,18 €	207.044,23 €	9%
Remunerações	2.101.651,73 €	1.940.734,97 €	160.916,76 €	8,29%
Encargos Sociais	355.798,68 €	309.671,21 €	46.127,47 €	15%
Fornecimentos e Serviços Externos	2.457.005,86 €	2.102.415,53 €	354.590,33 €	17%
Transfer. e Subs. Cor. e Prestações Sociais	826.321,96 €	710.563,24 €	115.758,72 €	16%
Outros Custos e Perdas Operacionais	12.846,06 €	7.267,92 €	5.578,14 €	77%
Custos e Perdas Financeiras	224.996,76 €	175.049,92 €	49.946,84 €	29%
Custos e Perdas Extraordinarios	579.866,69 €	233.542,97 €	346.323,72 €	148%
<b>TOTAL</b>	<b>6.558.487,74 €</b>	<b>5.479.245,76 €</b>	<b>1.079.241,98 €</b>	<b>20%</b>

As principais entidades beneficiadas com as transferências e subsídios concedidos foram:

ENTIDADES	2007	2006	Var. Valor	Var. %
Administrações Públicas "Escolas, Agrupamento Vertical, Associações de Pais, etc."	101.395,65 €	97.265,84 €	4.129,81 €	4%
Juntas de Freguesia	203.142,61 €	199.255,89 €	3.886,72 €	2%
Outros		3.750,00 €	3.750,00 €	-100%
Instituições Particulares "Associações, Inst. s/ fins Lucrativos + famílias"	521.783,70 €	410.291,51 €	111.492,19 €	27%
<b>TOTAL</b>	<b>826.321,96 €</b>	<b>710.563,24 €</b>	<b>115.758,72 €</b>	<b>16%</b>

Os Resultados Financeiros totalizam no ano de 2007, o valor negativo de 207.670,76 euros, a sua composição encontra-se no ponto 8.2.31 das notas do Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados.

Os Provetos Financeiros integram na sua composição juros obtidos de depósitos à ordem, e rendimentos de participações de capital.

Os Resultados Extraordinários ascendem, no ano de 2007, ao valor negativo de 233.448,06 euros, para os quais contribuíram ao nível dos Provetos Extraordinários 346.418,63 euros, enquanto que os Custos Extraordinários, detêm o valor de 579.866,69 euros. Também a sua composição se encontra no ponto 8.2.31 das notas ao Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados.

Tendo como objectivo a desagregação dos custos extraordinários verifica-se que os mesmos se desagregam da seguinte forma:



MUNICÍPIO DE MOIMENTA DA BEIRA  
DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANO 2007

ENTIDADES	2007	2006	Var. Valor	Var. %
Juntas de Freguesia	320.552,93 €	67.875,79 €	252.677,14 €	372%
Associações de Municípios	98.238,58 €	76.734,46 €	21.504,12 €	28%
Outras	- €	- €	- €	0%
Instituições Particulares	161.075,18 €	43.475,00 €	117.600,18 €	271%
Empresas - Outras	- €	- €	- €	0%
<b>TOTAL</b>	<b>579.866,69 €</b>	<b>188.085,25 €</b>	<b>391.781,44 €</b>	<b>208%</b>

**Proposta de aplicação de resultados**

De acordo com o disposto no ponto 2.7.3 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, a aplicação do Resultado Líquido do Exercício é aprovada pelo órgão deliberativo mediante proposta fundamentada do órgão executivo. Por outro lado, se houver saldo positivo na conta 59 "Resultados Transitados", o seu montante pode ser repartido da seguinte forma:

a) Reforço de Património – resultados transitados;

b) Constituição ou reforço de reservas.  
 Refere ainda o ponto 2.7.3.5 do mesmo diploma que deve constituir-se o reforço anual da conta 571 "Reservas Legais", no valor mínimo de 5% do resultado líquido do exercício.

Assim, e no cumprimento desta norma legal, a Câmara Municipal de Moimenta da Beira propõe que o Resultado Líquido do Exercício económico de 2007, no montante de 1.362.636,72 euros, seja aplicado da seguinte forma:  
 Reservas Legais 68.131,84 euros  
 Resultados transitados 1.294.507,88 euros.

## ANÁLISE ORÇAMENTAL

### Orçamento Inicial

#### SINTESE DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

ORÇAMENTO				
	INICIAL	EXECUÇÃO	SALDO	% EXE.
RECEITA	16.510.000,00	9.638.917,56	-6.871.082,44	58,38%
DESPESA	16.510.000,00	9.823.035,88	-6.686.964,12	59,50%

A execução do orçamento da receita do ano de 2007 foi respectivamente de 58,38% relativamente ao orçamento inicial. O Orçamento da despesa atingiu a execução de 59,50 %.

Para um orçamento previsional inicial de receita de 16.510.000 euros, obteve-se uma execução de 9.638.917,56 euros. A execução da receita corrente foi de 76,67% e a de capital de 42,34%.

Estando a média de execução dos Municípios considerados de média dimensão na esfera Nacional situados (ano 2003 – 67%, ano 2004 - 63%, 2005 – 62%), significa que, o Município de Moimenta da Beira, tem obtido valores de execução enquadrados na média Nacional.

De destacar que no ano 2006 a execução orçamental do Município se situou nos 72%.

A diminuição da execução global relativamente ao ano anterior, teve como principal causa a não concretização da previsão do recebimento das receitas de capital e correntes, nomeadamente no que concerne às transferências de capital, resultado de atrasos de recebimentos de verbas FEDER e a não concretização da venda de bens de investimento e o não recurso ao crédito.

A taxa de execução orçamental quer do lado da receita quer do lado da despesa está directamente relacionada com investimentos, projectos, obras relevantes e actividades, que apesar de terem sido planeados e orçamentados no ano 2007 a sua efectiva concretização não ocorreu ou não ocorreu totalmente, prolongando-se em algumas situações para o ano 2008, e outras não se verificou a sua execução.

Os quadros seguintes mencionam alguns exemplos entre outros:

MUNICÍPIO DE MOIMENTA DA BEIRA  
DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANO 2007

DESCRIÇÃO - Rubricas de Capital	Valor Orçamentado	Valor recebido	Saldo
Pavilhão Gimnodesportivo - Participação da DREN	424.000,00	0,00	-424.000,00
Pavilhão Gimnodesportivo - Participação da Medida Desporto	352.015,18	201.213,00	-150.802,18
IFAP - Projecto Agris	565.000,00	0,00	-565.000,00
INH - Habitação Social	134.000,00	1.852,53	-132.147,47
Construções Centros Escolares DREN	50.000,00	0,00	-50.000,00
Projecto de Modernização Administrativa	25.000,00	0,00	-25.000,00
Projecto Urbcom / UAC	91.000,00	0,00	-91.000,00
Projecto Faiva + Vivo	285.000,00	190.726,71	-94.273,29
Aquisição e Venda do Edifício do IVV - Cooperativa	150.000,00	0,00	-150.000,00
Venda de Património - Habitações Sociais e Terrenos	290.000,00	0	-290.000,00
Projecto do Complexo Desportivo - Relvado	78.750,00	0,00	-78.750,00
<b>Sub Total</b>	<b>2.444.765,18</b>	<b>393.792,24</b>	<b>-2.050.972,94</b>

DESCRIÇÃO - Rubricas de Corrente	Valor Orçamentado	Valor recebido	Saldo
Participação da DREN - Transportes Escolares	110.000,00	72.588,00	-37.412,00
Participação da DREN - Enriquecimento Curricular	130.750,00	127.416,66	-3.333,34
Participação da DREN - Refeições 1º Ciclo	40.000,00	33.692,90	-6.307,10
Participação da DREN - Componente Social	280.000,00	137.235,05	-142.764,95
Emprestimo Curto Prazo	500.000,00	325.000,00	-175.000,00
<b>Sub Total</b>	<b>1.060.750,00</b>	<b>695.932,61</b>	<b>-364.817,39</b>

<b>TOTAL</b>	<b>3.505.515,18</b>	<b>1.089.724,85</b>	<b>-2.415.790,33</b>
--------------	---------------------	---------------------	----------------------

Adicionalmente é de salientar que encontramos-nos em fase de encerramento do III QCA e por isso a oportunidade e disponibilidade de projectos e fundos teve uma tendência de diminuição.

A estrutura de execução orçamental evidencia um bom equilíbrio ao longo dos últimos anos, sendo as receitas correntes de 5.908.039,13 euros, valor superior às de 2006 que registaram o valor de 5.681.669,75 euros e de 2005 que registaram o valor de 5.420.344,41 euros.

Quanto às receitas de capital, no ano 2007 regista-se um montante de 3.727.128,43 euros, montante inferior ao verificado em 2006 que totalizou 4.711.559,32 euros e superior ao de 2005 que totalizou 3.458.637,58 euros.

RECEITA	ORÇADA	COBRADA	SALDO	% EXE.
Corrente	7.706.243,52	5.908.039,13	-1.798.204,39	76,67%
Capital	8.803.756,48	3.727.128,43	-5.076.628,05	42,34%
Outras		3.750,00	3.750,00	100,00%
<b>TOTAL</b>	<b>16.510.000,00</b>	<b>9.638.917,56</b>	<b>-6.871.082,44</b>	<b>58,38%</b>

MUNICÍPIO DE MOIMENTA DA BEIRA  
DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANO 2007

Ao nível do orçamento da despesa verifica-se que o valor das despesas correntes, no ano de 2007 registam um montante de 5.043.222,14 euros, montante superior ao verificado no 2006 em 487.811,67 euros e em relação ao ano de 2005 de 716.036,29 euros.

DESPESA	ORÇADA	EXECUTADA	SALDO	% EXE.
Corrente	6.832.611,00	5.043.222,14	-1.789.388,86	73,81%
Capital	9.677.389,00	4.779.813,74	-4.897.575,26	49,39%
<b>TOTAL</b>	<b>16.510.000,00</b>	<b>9.823.035,88</b>	<b>-6.686.964,12</b>	<b>59,50%</b>

Esta situação é explicada entre outros motivos pelo incremento de atribuições da Câmara Municipal, bem como pelo aumento do índice de preços dos bens e serviços, taxa de inflação, actualizações salariais e actualizações dos encargos com Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações. (Saliente-se que em relação ao ano de 2005 estes encargos tiveram um acréscimo de 50%, resultante de imposições legais).

Por sua vez, verifica-se um acréscimo de custos relacionados com a aquisição de bens e serviços que anteriormente não existiam como por exemplo a aquisição de água para abastecimento público.

Saliente-se que a contabilidade orçamental reflecte como despesa corrente os montantes transferidos para outras entidades, assim como, os valores dispendidos em áreas capitalizáveis como por exemplo os custos sociais.

São alguns exemplos os seguintes:

DESCRIÇÃO	Valor Ano 2007	PESO
Transportes Escolares	519.039,36	19,54%
Transferências para Instituições (Solidariedade Social, Desporto, etc)	513.133,42	19,32%
Resíduos Sólidos Urbanos	477.658,48	17,98%
Electricidade	413.411,44	15,57%
Juntas de Freguesia - correntes	203.795,56	7,67%
Águas Trás-os-Montes e Alto Douro	154.718,83	5,83%
Outros	99.209,01	3,74%
Despesas de Saúde	70.165,36	2,64%
Combustíveis	66.355,18	2,50%
Comunicações	61.992,17	2,33%
CTT e Custos de Cobrança de água	53.514,20	2,01%
Seguros	22.944,08	0,86%
<b>Sub Total - Custos Correntes</b>	<b>2.655.937,09</b>	<b>100,00%</b>

A despesa de capital paga foi de 4.779.813.74 euros, o que correspondeu a uma taxa de execução de 49,39 %, e uma diminuição de 16,73% relativamente ao ano de 2006, contudo superior ao ano 2005 em 7%.

Os investimentos realizados pelo Município dependem significativamente do valor dos fundos comunitários, ou de receitas próprias.

Se tivermos em conta, que o Município de Moimenta tem um índice de investimento municipal por habitante de 361,00 euros (Fonte:INE) o mesmo totalizaria cerca de 3.610.000 euros. Dado que o Município dispõe de valores superiores de investimento significa que a fonte de receita capitalizada provém de receitas próprias.

Para além das receitas próprias, uma das fontes de receita poderia ser o recurso ao crédito bancário.

O Município no ano 2007 diminuiu o seu endividamento bancário em 525.224,03 euros; não tendo optado pelo recurso ao crédito na concretização de importantes investimentos. Deste modo, caso se tivessem utilizados recursos neste montante a performance de execução teria um efeito contrário.

Destaque-se, tal como referido no início deste relatório, que o valor das transferências oriundas do estado, não sofreram qualquer acréscimo desde o ano 2005.

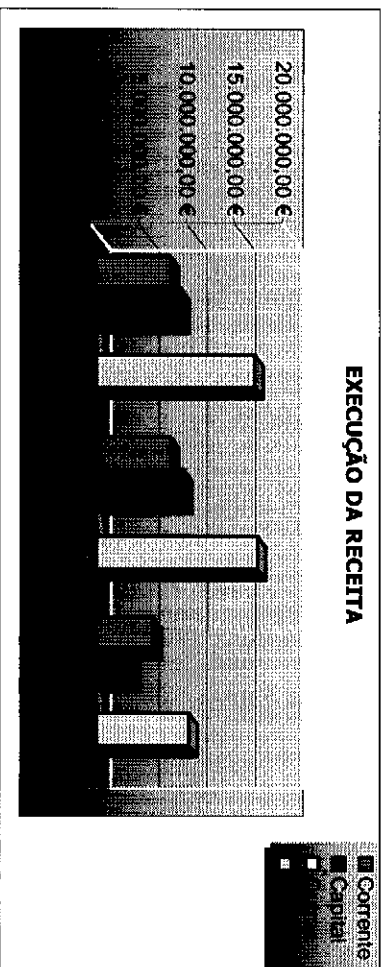
### Orçamento Corrigido

Ao longo do ano 2007, foram efectuadas alterações e revisões orçamentais, com o objectivo de integrar receitas e despesas, e operações que não foram previstas no momento de elaboração do orçamento, verificamos que as taxas de execução apresentam uma ligeira queda em cerca de 1%.  
Dado que o valor global do orçamento teve um acréscimo de 253.750,00 euros, mantendo-se os mesmos montantes de execução, este rácio proporciona que os níveis de execução sejam inferiores, mantendo-se as exposições realizadas em relação ao orçamento inicial.

#### SINTESE DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

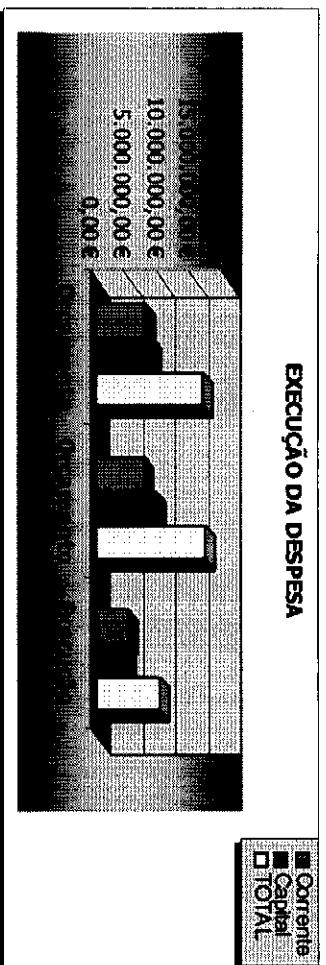
ORÇAMENTO CORRIGIDO		EXECUÇÃO		SALDO		% EXE.	
RECEITA	16.763.750,00	9.638.917,56	-7.124.832,44	57,50%			
DESPESA	16.763.750,00	9.823.035,88	-6.940.714,12	58,60%			

RECEITA	ORÇADA	COBRADA	SALDO	% EXE.
Corrente	7.706.243,52	5.908.039,13	-1.798.204,39	76,67%
Capital	9.053.756,48	3.727.128,43	-5.326.628,05	41,17%
Outras	3.750,00	3.750,00	0,00	100,00%
<b>TOTAL</b>	<b>16.763.750,00</b>	<b>9.638.917,56</b>	<b>-7.124.832,44</b>	<b>57,50%</b>



MUNICÍPIO DE MOIMENTA DA BEIRA  
DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANO 2007

DESPESA	ORÇADA	EXECUTADA	SALDO	% EXE.
Corrente	7.551.964,00	5.043.222,14	-2.508.741,86	66,78%
Capital	9.211.786,00	4.779.813,74	-4.431.972,26	51,89%
<b>TOTAL</b>	<b>16.763.750,00</b>	<b>9.823.035,88</b>	<b>-6.940.714,12</b>	<b>58,60%</b>



Considerando a anterior exposição individual das receitas e despesas, destaca-se que a execução orçamental realizada, traduz os fluxos financeiros registados ao longo do ano, quer ao nível da receita, quer ao nível da despesa.

A implementação do POCAL estabeleceu a introdução da contabilidade patrimonial que permite a obtenção de análises adicionais à contabilidade orgamental, destacando-se os valores relevantes no activo, passivo e fundos próprios, onde é possível entre outras retirar ilações sobre os investimentos e aquisições liquidados ou não, enquanto que a contabilidade orgamental apenas demonstra a execução resultante dos investimentos e aquisições liquidadas no ano em análise.

## Enquadramento Macroeconómico

### Conjuntura Nacional

Em 2007, a economia portuguesa registou um crescimento de 1,9% do Produto Interno Bruto (PIB), contra um crescimento de 1,2% em 2006 e 0,4% em 2005, segundo a informação publicada pelo Banco de Portugal. Têm-se verificado dificuldades na criação líquida de emprego, com o desemprego a aumentar para uma taxa de cerca de 8%. De acordo com a mesma fonte, as perspectivas para a economia portuguesa apontam um crescimento de 2,0% em 2008 e de 2,3% em 2009.

INDICADOR	2004	2005	2006	2007	Estim. 2008
PIB	1,2%	0,4%	1,2%	1,9%	2,0%
Consumo Privado	2,3%	1,7%	1,2%	1,2%	1,1%
Consumo Público	2,5%	1,8%	-0,7%	0,0%	0,0%
Investimento (FBCF)	0,2%	-2,6%	-1,8%	2,6%	3,3%
Procura Interna	2,1%	0,6%	0,2%	1,2%	1,4%
Exportações	5,4%	1,0%	9,1%	7,0%	4,9%
Importações	6,8%	1,6%	4,3%	4,1%	2,9%
Taxa de Inflação (ipc)	2,5%	2,1%	3,0%	2,4%	2,4%
Taxa de desemprego	6,7%	7,6%	7,7%	7,9%	2,4%

Fonte: Banco de Portugal

O desempenho da economia portuguesa em 2007, embora registe uma evolução dentro das previsões enunciadas pelo Governo, teve, não obstante, um crescimento modesto, dado ainda permanecerem graves fragilidades que impedem o desenvolvimento e o crescimento económico, o que tem por consequência o País a afastar-se progressivamente, ano após ano, dos países mais avançados e, por conseguinte, da convergência real, pese embora a economia mundial registar um crescimento de 5,2% e a Zona Euro 2,5%.

O Fórum Económico Mundial realiza anualmente um Relatório Global de Competitividade, tendo por base 12 pilares que potenciam a competitividade. No relatório de competitividade global relativo a 2007-2008, Portugal surge no 40.º lugar, posicionando-se como País menos competitivo que a Malásia, a Islândia, o Chile e a Tunísia.

Esta situação verifica-se após o importante período 2000-2007, durante o qual o nosso País beneficiou de avultados apoios financeiros do III Quadro Comunitário de Apoio para promover a transformação da economia portuguesa. Nesta matéria, ainda estamos numa crise de transformação, os resultados alcançados com os investimentos realizados ficaram muito aquém do necessário em termos de impacto na produtividade e competitividade internacional, registando-se mesmo uma perda de posições relativas no ranking da competitividade e da convergência real face a países mais prósperos da UE.



Falta agora aceitar o desafio de impulsionar o Investimento para relançar o crescimento económico para variações anuais superiores a 3%. Efectivamente, para o País alcançar um crescimento económico vigoroso, a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), é uma das variáveis críticas, que é necessário assumir como responsabilidade, programando, calendarizando os desafios e levando-os até a sua efectiva concretização. Só com a aposta nas exportações e no investimento podemos dinamizar a produtividade e o crescimento económico, para vermos o crescimento económico da economia portuguesa ter um efeito visível na convergência real com os países mais ricos da UE.

Vamos iniciar um novo ciclo de Investimento, grande parte do qual está inserido no Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN), que define as orientações e prevê a mobilização de avultados montantes financeiros para investimento nos próximos 6 a 8 anos. No âmbito da Agenda Valorização do Território, o QREN estabeleceu como prioridade dotar o País e as suas regiões e sub-regiões de melhores condições de vida para as populações e de atractividade para o investimento produtivo, abrangendo as intervenções de natureza infraestrutural e de dotação de equipamentos essenciais a qualificação dos territórios e ao reforço da coesão económica, social e territorial. Para elevar a produtividade e a competitividade do tecido empresarial português e da economia nacional, é importante evitar o desperdício de recursos do QREN, concentrando-os em investimentos com forte impacto reprodutivo no plano económico, na criação de emprego e, conseqüentemente, no desenvolvimento regional e nacional.

As perspectivas para 2008 e 2009, continuam condicionadas por uma política económica centrada no processo de consolidação orgânica, compromisso assumido e reafirmado no Pacto de Estabilidade e Crescimento apresentado a Comissão Europeia e que vigora pelo menos até ao fim da actual legislatura. A afectação dos fundos estruturais do QREN a execução dos múltiplos projectos de investimento pode relançar a modernização, a organização e a produtividade, de forma a criar melhores condições para competir a nível internacional. Para além do controlo da despesa pública, é imperioso que a reestruturação da administração pública traduza melhorias que permitam superar os graves problemas e debilidades nos domínios da educação e da formação, porque o investimento pressupõe dispor de profissionais qualificados e motivados. O desafio da competitividade internacional só poderá ser vencido se o País for dotado de boas infra-estruturas, de pessoal qualificado, de empresas competitivas e a quota de exportação no PIB registar um forte ritmo de crescimento.

### **Conjuntura Internacional**

A economia mundial teve um forte crescimento no ano 2007, registando, de acordo com o FMI, uma taxa de variação do crescimento do PIB mundial de cerca de 5,2%, ou seja, ligeiramente inferior ao máximo histórico de 5,4% observado em 2006.

Para 2008, as projecções para o crescimento do PIB mundial das organizações económicas internacionais, situam-se abaixo dos 5% com a inflação a manter-se moderada. Apesar do carácter benigno destas projecções, o sentimento geral e de alguma apreensão e muita incerteza, dada a probabilidade apreciável de recessão nos EUA e consequente contração do crescimento mundial. Estes receios radicam na instabilidade do sistema financeiro global, provocada pela crise dos EUA, com consequências naturalmente adversas para o crescimento económico.

O crescimento das economias asiáticas (China 11,5%, Índia 8,9%), Rússia (7%), América Latina (5%) e Brasil (4,4%), tiveram um forte contributo para o crescimento da economia mundial, quando comparados com as economias dos EUA (2,5%) e UE(3%)

Para o ano 2008, as projecções para o crescimento do PIB mundial situam-se abaixo dos 5%, com a inflação a manter-se moderada. Apesar do carácter positivo destas projecções, o sentimento geral é de alguma apreensão e muita incerteza, dada a probabilidade apreciável de recessão nos EUA e a consequente contração do crescimento mundial.

O aspecto central das projecções de crescimento para 2008 reside na convicção de que a economia mundial conseguirá acomodar o choque que se abateu sobre o sistema financeiro e do qual ainda se desconhecem os efeitos sobre a economia real. Após um período de expectativa e de elevada confiança na capacidade de crescimento da economia global, os sinais mais recentes apontam para, com uma probabilidade elevada, a ocorrência de uma recessão nos EUA, que deverá contagiar as restantes economias mundiais, e consequentemente a economia nacional.

A incerteza que caracteriza o contexto económico actual reside na eventualidade das perdas financeiras condicionarem a capacidade e a apetência do sistema bancário global em realizar a sua função de intermediação financeira de forma regular. O súbito final do regime de baixa volatilidade e de liquidez abundante reduziu drasticamente o fluxo de financiamento para os veículos de investimento, o que se tem traduzido numa restrição da capacidade de concessão de crédito por parte dos bancos.

No entanto, existe ampla margem de manobra ao nível da política orçamental em muitos países, o que, a par de uma maior repartição da expansão da riqueza pela diferentes áreas do globo, de uma menor dependência da

MUNICÍPIO DE MOIMENTA DA BEIRA  
DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANO 2007

economia americana e da ainda elevada disponibilidade de capitais, permite encarar 2008 com algum optimismo. A maior parte dos países mais desenvolvidos encontra-se a viver um bom momento económico e as economias emergentes estão melhor apetrechadas do que nunca para enfrentar um abrandamento, com elevados níveis de reservas e uma procura interna forte. Metade da população mundial, em mais de 40 países, beneficia de economias com taxas de crescimento superiores a 7% o que constitui um facto inédito na história da humanidade.